

José Adelino Maltez

Portugal pós-Liberal

Um ensaio de História do presente

Com uma antologia cronológica de ciência política

**Ancora**
Editora

ÍNDICE

1820 – Regeneração	45
1821 – Cortes	49
1822 – Passe o senhor Brasil muito bem...	52
1823 – Uma informe guerra civil	55
1824 – Abrilada e Ayacucho	59
1825 – Canto do cisne do joanismo	62
1826 – Carta Constitucional e ameaça brasileira a Angola	65
1827 – Moderação impossível, ou a procura do miguelismo liberal	69
1828 – Caceteiros, o ano um do miguelismo	71
1829 – Mártires da liberdade	76
1830 – Portugal azul e branco	79
1831 – Roussin invade o tejo	81
1832 – Mouzinho, terra livre e desembarque no Mindelo	83
1833 – Devoristas e abolição britânica da escravatura	88
1834 – Évora - Monte e morte do imperador-regente	91
1835 – Barões e viscondes, numa nação de empregados	99
1836 – Setembrismo	103
1837 – Ordem e liberdade	110
1838 – Partido do 4 de Abril e terceira constituição escrita	112
1839 – Transição, em tempos de guerra do ópio	115
1840 – Revoltas radicais	119

1841 – Novo príncipe	123
1842 – Cabralismo e fim da guerra do ópio	128
1843 – Politização da maçonaria	133
1844 – Comunismo burocrático	136
1845 – Negreiros de esquerda e nova legalidade	139
1846 – Guerra civil	141
1847 – Proletários de todo o mundo, uni-vos!	147
1848 – A conspiração das hidras	151
1849 – Banquistas	154
1850 – Banco de Portugal e krausismo à portuguesa	158
1851 – Uma revolução de assentimento	164
1852 – Ato adicional	171
1853 – Regência de D. Fernando	173
1854 – Oposição histórica	176
1855 – Maioridade de D. Pedro V, um D. Sebastião liberal	180
1856 – Sá da Bandeira na pasta das colónias	182
1857 – Telégrafo e locomotiva	186
1858 – Aparições de Lurdes	188
1859 – Darwin, o terramoto	193
1860 – Imoralidade mansa	195
1861 – Unificação italiana	198
1862 – D. Luís I	200
1863 – O federalismo de Proudhon	203
1864 – Primeira internacional	205
1865 – Trâmuei, locomotiva, progresso	211
1866 – Liberalismo a retalho	213
1867 – Das kapital	215
1868 – Janeirinha	218
1869 – Abertura do Canal do Suez	222
1870 – Perigos	226
1871 – Bota-abaixo	236
1872 – Pavorosa e socialismo catedrático	240
1873 – República em Espanha e crise financeira global	242
1874 – Vacas gordas e Disraeli no poder	245
1875 – Sociedade de geografia de Lisboa	245

1876 – Progressistas, republicanos e invenção do telefone	249
1877 – Viagens de exploração africana	253
1878 – Leão XIII	255
1879 – Parvónia e primeiro governo progressista	258
1880 – Expulsão das Congregações em França	263
1881 – Portugal Contemporâneo	266
1882 – Falta de Sensatismo	271
1883 – Consolidação do rotativismo	274
1884 – Engels	276
1885 – Partilha de África e eleição de pares	280
1886 – Greve de Chicago e Estátua da Liberdade	283
1887 – Mapa cor-de-rosa	286
1888 – Abolicionismo no Brasil e Os Maias	289
1889 – Torre Eiffel e morte de D. Luís	291
1890 – Heróis do mar	294
1891 – Rerum novarum	298
1892 – Bancarrota e protecionismo	302
1893 – Um povo de suicidas	305
1894 – Dreyfus e reaportuguesar Portugal	308
1895 – Chaimite, incêndio das Cortes e tese de Afonso Costa	311
1896 – Jogos Olímpicos e solidarismo	317
1897 – Sionismo	319
1898 – Endireitas	321
1899 – Deputados da peste e fardo do homem branco	326
1900 – Hintzáceos	329
1901 – Oligarquia e caciquismo	334
1902 – A mó da vida velha	336
1903 – Protocolo dos Sábios do Sião	338
1904 – Entente cordiale e mil e uma maravilhas	341
1905 – Regresso de Fernando Pessoa	344
1906 – O rei a governar, com franquistas e progressistas	348
1907 – Talassas e Triple Entente	353
1908 – Buiça e Costa	356
1909 – Manuelismo e conspiração republicana	362
1910 – Teixeiraismo e ditadura dos provisórios	367

1911 – Lei da separação e registo civil obrigatório	382
1912 – Afundamento do Titanic e Norton de Matos em Angola	391
1913 – Governo monopartidário de Afonso Costa	397
1914 – Bernardização e Integralismo Lusitano	400
1915 – Movimento das espadas e nova proclamação da república	405
1916 – Portugal, a entrada formal na Guerra	413
1917 – Pastorinhos da Cova de Iria e revoluções na Rússia	416
1918 – La Lys, armistício e republiquicídio	420
1919 – Pós-sidonismo e restauração da República	425
1920 – Sociedade das Nações e presidente António José de Almeida	431
1921 – Seara Nova e continuação dos republiquicídios	438
1922 – António Maria da Silva e fascismo	444
1923 – Ditadura de Primo de Rivera	449
1924 – Surrealismo e forças vivas	454
1925 – Alves dos Reis e Mein Kampf	459
1926 – Ditadura militar e rebelião das massas	467
1927 – Golpes militares do revirinho	475
1928 – Opus Dei, penicilina e ditadura das finanças	479
1929 – Grande Depressão	488
1930 – Império colonial português	492
1931 – Revolta das ilhas e república em Espanha	500
1932 – Admirável mundo novo	503
1933 – Hitler e Roosevelt	510
1934 – Exposição Colonial Portuguesa	520
1935 – Frente Popular de Dimitrov	526
1936 – Keynesianismo e Tarrafal	535
1937 – Ricardo Espírito Santo e bombardeamento de Guernica	542
1938 – Conferência de Munique	545
1939 – Segunda Guerra Mundial	549
1940 – Sangue, suor e lágrimas	552
1941 – Pátio das cantigas e Carta do Atlântico	556
1942 – Welfare State	558
1943 – Neutralidade colaborante	563
1944 – Dia D	567
1945 – Nova ordem internacional	570

1946 – Guerras coloniais	575
1947 – Independência da Índia e plano Marshall	582
1948 – Surrealistas em Lisboa	588
1949 – Equilíbrio pelo terror e fundação da NATO	594
1950 – O discurso de Schuman	598
1951 – Tratado de Paris	603
1952 – Guerra da Coreia	609
1953 – Morte de Estaline	613
1954 – Dien Bien Phu	616
1955 – Pacto de Varsóvia	620
1956 – Revolta anticomunista na Hungria	625
1957 – Tratados de Roma	629
1958 – Papa João XXIII	634
1959 – Fidel de Castro e a revolta do Pidjiquiti	640
1960 – Ventos da história e John Kennedy	644
1961 – Muro de Berlim	649
1962 – Benfica, bicampeão europeu	654
1963 – Inauguração da ponte da Arrábida	657
1964 – Brejnev e The Beatles	659
1965 – Bob Dylan e cristãos progressistas	661
1966 – Poesia erótica e satírica	663
1967 – Morte de Che Guevara	666
1968 – May 68	668
1969 – Homem na lua	671
1970 – Eleição de Salvador Allende	673
1971 – Francisco Sá Carneiro e a social-democracia	679
1972 – Brigadas Revolucionárias	684
1973 – Tempo de vésperas	687

Desobedecendo ao príncipe, ao bispo e ao grão-mestre

Nunca mercadejámos com a nossa razão nem com a nossa consciência e muito menos pusemos a nossa pena a soldo de qualquer partido ou de alguma escola.

Seguimos sempre a máxima: pensa o que dizes e dize o que pensas.

Vicente Ferrer de Neto Paiva (1798-1886), em 1883

A duzentos anos da chamada *revolução liberal*, importa fazer a análise do *Portugal político da idade contemporânea*, consagrado com o presente regime constitucional. O que, apesar de antiquíssimas raízes na *lusitana antiga liberdade*, obedece a quatro importantes ciclos posteriores a 1820: a *liberalização*, a *republicanização*, a *salazarquia* e a *democracia abrilista*. É a viagem que tentaremos fazer neste balanço de alguém que, não sendo oficialmente *titulado* com o carimbo de *historiador* e sem poder invocar o diploma estadual de *licenciado* num dos ramos dessa árvore, prefere continuar *repúblico*, peregrinando a floresta dos factos políticos através do ritmo da *história do presente*. A que marca a ciência política em português, conforme o programa lançado por Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), onde, pelo pensamento, como na *teia de Penélope*, se está sempre a desfazer o trabalho que, antes, se levou a cabo, porque *a história se deve escrever como um drama*, mesmo sabendo que *os radicais hão de condená-lo como herético, os conservadores repeli-lo como inoportuno, os ultramontanos fulminá-lo como perverso*.

Primeiro, o de uma *liberalização* sempre incompleta, desde a consagração do conceito de *indivíduo*, ao sentido foreiro e comunitário da própria *democracia da sociedade civil*, principalmente a partir da *reforma da terra* de Mouzinho da Silveira (1780-1849), a que se seguem a abolição dos morgados, o código civil dito de António Luís de Seabra (1798-1895) e a abolição da pena de morte, mantendo-se sempre uma *economia privada*, não concorrencial, sem *economia de mercado*, mas feudalizada pelo *capitalismo de Estado*, com rendas garantidas aos contratadores e aos concessionados, ambos com as suas cortes legionárias de serviços, obedecendo ao majestático de soberanos privados, isto é, numa *sociedade iliberal*.

Assim nos chegam as novas de uma *revolução atlântica*, gerada a partir da *revolução inglesa*, dos finais do século xvii, as da *revolução norte-americana*, um século depois, e as de uma das sucessivas *revoluções francesas*. A primeira pode

ter John Locke (1632-1704) como inspirador, mas torna-se inequivocamente parlamentarista e *protestante*, isto é *antipapista*. A segunda invoca Montesquieu (1689-1755), mas é, sobretudo, *maçónica* e *individualista*. A terceira, depois de *girondina* e *jacobina*, passa a ser *napoleónica* e, em seguida, *restauracionista*, *cartista* e *bonapartista*, antes de se sintetizar como *laicista* e *republicana*, em nome de uma retardada *liberte, égalité, fraternité*.

Com efeito, a política pertence ao mundo da cultura, onde os acontecimentos da realidade têm sempre os *valores* como referência, pelo que as conexões históricas tanto são marcadas por uma *latitude*, isto é, a relação que une um objeto ao mundo circundante, como por uma *longitude*, as interconexões das várias fases que a relação atravessa, conforme a lição de Heinrich Rickert (1863-1936).

A liberdade, a república e a democracia, se não existem, valem. Não estão para além da realidade, dado que penetram nesta, atravessando-a, como a luz que passa através de certos corpos translúcidos, quando os valores são reconhecidos e aceites, partilhando-se em comum, no interior de uma certa coletividade social, dado serem um *poder infraestrutural*, aquele que, segundo Michael Mann, revela a *capacidade de penetrar a sociedade e de organizar as relações sociais*. Contudo, porque situados no tempo e no espaço, se têm uma relação horizontal com o passado e o meio ambiente, também nascem, crescem e morrem, embora possam coincidir com as *ideologias*, mesmo que estas apenas manobrem com elementos apriorísticos, subjetivos e arbitrários. Acontece que, como salienta Paul Ricoeur (1913-2005), *toda a razão tem um horizonte sobredeterminado pela crença, havendo um ponto onde o racional comunica com o mítico, donde deriva toda uma constituição simbólica do laço social*.

É o que procuraremos desenhar, discutindo Deus, a maçonaria, a universidade e a pátria, sem obedecermos ao bispo, ao grão-mestre, ao reitor, ao coronel e ao chefe de Estado, de reis a presidentes. Os *homens livres*, em *associações livres*, coisas que nunca terão de ser reduzidas ao sinónimo de maçons e de maçonarias, sabem que o *dogma*, etimologicamente, é sinónimo de *decreto* e que os principais inimigos da liberdade continuam a ser a *ignorância*, o *preconceito* e a *tiranía*. E, desses inimigos, fazem parte os cultores escolásticos, ou esoteristas, do *processo histórico*, com as conseqüentes *literaturas de justificação*, a que uns chamam *ciência da história* e outros, devaneios teosóficos, quando pretendem a decifração dos mistérios da *providência* ou do *processo civilizatório*.

Por outras palavras, pode haver um *neodogmatismo*, pretensamente *antidogmático*, mesmo em organizações e movimentos que nascem de *boas intenções*, quando estas não cumprem o essencial da respetiva missão libertadora. Por exemplo, a universidade pode passar a estar ao serviço de quem domina o *estadão* e ensinar um catecismo, tal como as maçonarias podem vir a ser conquistadas pelas *forças da reação*, nem supondo que repetem cenas do papismo congreganista.

Acontece que a *liberalização* e a *republicanização* geraram a *viradeira* da *salazarquia*, numa sucessão de frustrações que só o *abrilismo* da democracia pós-revolucionária, a da sociedade civil e não do *estado*, permitirá superar, com um pluralismo de *dúvida metódica* e de *reflexão crítica*, as quais deixam de emanar de uma qualquer doutrina de Estado, com que se costumavam civilizar os *selvagens*, incluindo os *provincianos* do *bom povo português*.

Assinalaremos, desde já, que a visão épica com que os sucessivos *vencedores* tentam emoldurar, em glória, os regimes que os impulsionam para o panegírico do *situacionismo*, ou para a diabolização dos vencidos, raramente tem o pragmatismo de notar que, sobre vícios sociais generalizados, podem erguer-se, apesar de tudo, algumas virtudes cívicas, nomeadamente a da autolimitação do poder supremo, com a convivalidade da tolerância.

A *democracia pluralista* que nos configura, nomeadamente nas últimas quatro décadas, vem mais do calculismo da lógica do *custo-benefício*, quando o pretense vencedor julga prudente não esmagar totalmente o adversário que, nas curvas da futura história, pode também acabar por vencer, nomeadamente quando as antigas *minorias* viram *maiorias*, naquilo que Karl Popper (1902-1994) qualifica como *utilitarismo negativo*, onde importa mais a redução do sofrimento do que o abstrato aumento da felicidade global.

Claro que o *abrilismo* se configura como uma democracia representativa *substancial*, de acordo com as teses de Hanna Fenichel Pitkin (1931-), em *The concept of representation*, de 1967. Porque não lhe basta a mera representação *formalista*, com um representante legitimado para agir pelo outro, como desde 1820. Precisa também de uma representação *descritiva*, partilhando características comuns, ou similares, com os representados; e até de uma representação *simbólica*, onde os líderes vão assumindo ideias que têm a ver com o estado da mente dos representados, duas formas de representação que, aliás, já aconteciam na *ditadura*. Contudo, ainda é imperfeita a representação *a posteriori*, com prestação de contas permanente (*accountability*), onde *o que representante faz* corresponde *àquilo que o representante diz ser*.

O que foi não é, mas pode ser. Para se parafrasear Almeida Garrett (1799-1854), *a sociedade já não é o que foi, não pode voltar a ser o que era*, mas o *que vai ser* só o mistério do futuro vai decidir. Assim, não fazer aos outros o que eles, anteriormente, nos ameaçaram, pode ser, além de *manha*, uma conquista da superioridade moral, a de quem sabe ter de viver num mundo em que, afinal, nenhum pode arquitetar em completude.

Ninguém pode escolher quem é seu compatriota, ou rejeitar totalmente a herança do Estado e da nação a que pertence, como cidadão nacional, segundo as leis constitucionais e ordinárias que o conformam como membro de tal comunidade política. Só um louco suprime, do seu convívio político

e cultural, aqueles que combate, ou detesta. Pior ainda, quando o faz pelo saneamento, pela *presiganga*, pelo uso da polícia política, ou pela declaração de *heresia*.

E nenhum pode existir, ou continuar, se não registar, e estudar, todos os meandros dos regimes precedentes, os que constituem a base daquele que, a certa altura, é o seu *situacionismo*. Nem mesmo depois de uma *revolução* que não seja *transição*. Outros regimes virão, para além daquele do que vai estando, e nenhum adivinho político é capaz de vislumbrar o que, deste, vai perdurar no inevitável sucessor, incluindo as próprias *cláusulas pétreas* que uma boa intenção constitucional possa enumerar.

Aliás, a parte mais difícil de qualquer análise política, mesmo da *história do presente*, é determinarmos de onde vem muito daquilo que vamos tendo a ilusão de escolher, nomeadamente por vontade constituinte.

Claro que, a um constitucionalista, custa admitir que muitas das normas institucionais desenhadas não passam de um *bill de indemnidade* face a factos pré-constitucionais, nomeadamente da violência naturalística e *contra legem* de uma *revolução*. Aliás, no nosso atual regime, não haveria *regiões autónomas* se, antes da constituição, as populações dos Açores e da Madeira não as tivessem configurado, até com a ameaça do separatismo. Tal como os órgãos autárquicos foram uma exigência mínima dos agentes iniciais da formação dos presentes partidos, a quem não bastava a discussão dos futuros deputados, ministros e primeiros-ministros.

É difícil dizer, por exemplo, que o atual perfil do Presidente da República, eleito por sufrágio universal e direto, deriva de a democracia ter compreendido como a eleição de Óscar Carmona (1869-1951), em 1928, nos começos da *ditadura*, tramou democraticamente os *republicanos*, dando razão a Sidónio Pais (1872-1918), na breve *república nova*. Ou então, que se trata de uma espécie de homenagem ao *general sem medo*. Porque Humberto Delgado (1906-1965), a partir de 1976, vem finalmente ganhar as eleições presidenciais de 1958, depois de ter sido assassinado pela polícia política *salazarista*, em 1965.

Se utilizarmos o binário do preto e do branco, da *esquerda* e *direita*, dos *liberais* e *absolutistas*, dos *republicanos* e *monárquicos*, ou dos *fascistas* e *democratas*, podemos não captar a esmagadora maioria da realidade portuguesa, onde tudo é bem mais complexo do que o quadro operacional de um qualquer oficial da cavalaria mental que faça um *briefing* sobre o compasso político vigente, mesmo que disponha de muitos corretores ideológicos e inúmeros assessores literários e de comunicação, ilustrados pela sacristia das *modas que passam de moda*. Com preconceitos e conceitos retroativos, nunca compreenderemos a passagem do *pombalismo* para a *viradeira*, a bonomia de D. João VI (1767-1826), o génio de Mouzinho da Silveira (1780-1849), ou o programa criativo de Alexandre Herculano (1810-1877).